

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 com Relatório dos auditores independentes



Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	33
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	



A Companhia registrou no quarto trimestre de 2021 um prejuízo líquido de R\$ 69,19 (sessenta e nove reais e dezenove centavos), devido ao fato da operação encontrar-se em fase pré-operacional.

A Diretoria da Companhia enfatiza que apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo, visto que o Passivo da Companhia está condicionado a performance Ativo da Companhia, conforme previsto na 1ª emissão de debêntures da Companhia.

A Companhia possui atualmente apenas compromissos relativos à sua própria manutenção, que estão sendo executados por meio de recursos oriundos da própria operação.

Esclarecemos, por fim, que as demonstrações financeiras apresentadas têm a finalidade de atender ao disposto nos artigos 35 e 26 da Instrução CVM 480 e que este deverá ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

Atenciosamente,

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

Vinicius Stopa F9EED575400342D...

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

-DocuSigned by:

Luis Philipe Camano Passos 222B0A1E470C437...

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Luis Philipe Camano Passos, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF n° 43.335.774/0001-86 (Companhia¨), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Luís Philipe Camano Passos 2AZBOATE47UC437...

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora Sem Designação Específica Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Camila Maria Oliveira

Diretora Sem Designação Específica

-DocuSigned by:

Camila M. Oliveira

-37FF83D50942453...

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Thais de Castro Monteiro, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Thais de Castro Monteiro

Diretora de Compliance

DocuSigned by:

-8416B82FAC1B401...

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente



Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Luis Philipe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo. 15 de fevereiro de 2022.

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Docusigned by:
Luis Philipe Camano Passos
2A2B0A1E470C437...

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora sem designação específica da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Camila Maria Oliveira

Diretora sem designação específica

-DocuSigned by:

Camila M. Oliveisa

-37FF83D50942453...

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo. 15 de fevereiro de 2022.

Thais de Castro Monteiro

Diretora de Compliance

DocuSigned by:

ALS Honduro
8416B82FAC1B401...

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE

CRÉDITOS MERCANTIS VI S.A. ("Companhia" ou "Travessia Securitizadora") apresenta-lhes o presente

Relatório da Administração e as Demonstrações Financeira de 2021, elaboradas pela Baker Tilly 4Partners

Auditores Independentes S.S. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos,

orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo

Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários

("CVM") e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada

("Lei n° 6.404/76").

1. Contexto Operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. é uma sociedade por ações constituída em 09 de

agosto de 2021, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e demais leis brasileiras. A Companhia possui dois

acionistas: a Travessia Assessoria Financeira Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.264.237/0001-73 e o

Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.718.568-09, que além de

acionista atua como Diretor Presidente da Companhia.

A Companhia tem como objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no

artigo 1º da Resolução 2.686 ("Créditos Mercantis"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao

mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas

atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de

serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações

de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia se reuniu na seguinte data para:

Em 09/08/2021, para realizar a constituição da Companhia; e

2. Condições econômicas da Companhia em 2021

A Diretoria da Companhia enfatiza que apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo, visto que o Passivo da Companhia está condicionado a performance Ativo da Companhia, conforme previsto na 1ª emissão de debêntures da Companhia.

3. Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

As demonstrações financeiras exigidas por lei, observarão, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

- (i) a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e
- (ii) do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem..

4. Emissão de Dívidas

A companhia emitiu debêntures no âmbito do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VI S.A.", no volume de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

5. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade.

6. Projetos desenvolvidos

Não há projetos desenvolvidos...

7. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

8. Perspectivas

Para o ano de 2022, a Companhia pretende focar na realização de novos negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de títulos de créditos, além da realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Esclarecemos, por fim, que este Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 15 de Fevereiro de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente



Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

— Docusigned by: Luis Philipe Camano Passos —2A2BOA1E470C437...



Rua Castilho, 392 - 4º Andar Brooklin - São Paulo - SP CEP 04568-010 São Paulo - Brasil T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.** São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de 09 de agosto de 2021 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 09 de agosto de 2021 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário – Ausência de auditoria

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo") no montante de R\$ 1.966 mil, cujas atividades iniciaram em 22 de dezembro de 2021. Conforme instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") Nº 516 para os fundos em funcionamento há menos de 90 (noventa) dias e cujas cotas não estejam admitidas à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, a auditoria das demonstrações financeiras não é obrigatória. Nossa Opinião não está ressalvada a cerca deste assunto.



Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Além do assunto descrito na seção "Base para opinião sobre as demonstrações financeiras", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Secutiritizadora de Créditos Mercantis VI S.A, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021
Ativo circulante Caixa e equivalentes de caixa Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário Total do ativo circulante	3 4. a)	58 1.966 2.024
Total do ativo		2.024

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021
Passivo circulante		
Debêntures	5.3	1.966
Outras obrigações		57
Total do passivo circulante		2.023
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social	6.1	1
Total do patrimônio líquido		1
Total do passivo e patrimônio líquido		2.024

Demonstração do resultado Período de 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	De 09/08/2021 a 31/12/2021
Receitas financeiras Despesas financeiras Resultado financeiro	10.1 10.2	6 (6) -
(=) Resultado antes das provisões tributárias		-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Resultado do período		-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000

Demonstração do resultado abrangente Período de 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	De 09/08/2021
	a 31/12/2021
Resultado do período	-
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	<u> </u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Total do patrimônio líquido
Saldos iniciais		-	
Integralização de capital	6.1	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>1</u>	1

Demonstração dos fluxos de caixa Período de 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	De 09/08/2021 a 31/12/2021
Atividades operacionais	
Prejuízo do período	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades	
Juros carteira recebíveis	(6)
Juros sobre as debentures	6
Aumento/(redução) no ativo:	
Direitos realizáveis	(1.960)
Aumento/(redução) no passivo:	
Outras Obrigações	57
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.903)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Capital social	1
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	1
Das atividades de financiamento	
Debentures	1.960
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	1.960
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	58
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	58
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	58

Demonstração do valor adicionado Período de 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Reais)

	De 09/08/2021
Receitas	a 31/12/2021
Receitas financeiras	6
Valor adicionado recebido em transferência	6
Valor adicionado total a distribuir	6
Remuneração do capital de terceiros Outros Remuneração do capital próprio Resultado do período	6 6 -
Valor total adicionado	6

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021.

A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente; (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo cobre os pagamentos das despesas, juros e principal das debentures.

Foram emitidas 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

1.1 Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a Companhia considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 14 de fevereiro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros—Continuação

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.7.4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido.	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato.	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021
Caixa e bancos conta movimento	1
Aplicações financeiras (i)	57
Total	58

(i) Aplicações automáticas de curto prazo com liquidez imediata.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário

As Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário adquiridos pela Companhia são oriundos de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"), que possuí prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos.

a) Composição da carteira

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2021
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	1.960
(+) juros	6_
Total	1.966

b) Objetivo do fundo e política de investimento

A política do Fundo é o investimento no empreendimento imobiliário referente ao terreno rural denominado Gleba 1, localizado na Rodovia Fernão Dias, Km 934, no bairro Monjolinho, na cidade de Itapeva, no Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 16.161 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, e áreas contíguas a referido terreno ("Imóvel"), primordialmente, por meio da aquisição direta do Imóvel ou, ainda, mediante a aquisição de ações ou cotas de sociedades de propósitos específicos, que, eventualmente, adquiram o Imóvel ("SPE").

O objetivo do Fundo é a realização de ganho de capital mediante o investimento direto no Imóvel, para posterior venda ou obtenção de renda, bem como em quaisquer direitos reais sobre o Imóvel, ou, ainda, pelo investimento indireto no Imóvel, mediante a aquisição de SPE. A aquisição do Imóvel pelo Fundo visa a proporcionar aos seus Cotistas a rentabilidade decorrente da exploração comercial do Imóvel, bem como pela eventual comercialização do Imóvel. O Fundo poderá realizar construções, reformas ou benfeitorias no Imóvel com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização.

O Imóvel deverá atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de conformidade, quando de sua aquisição pelo Fundo: (i) não ocorrência de quaisquer mudanças legais ou regulatórias que venham a restringir os direitos de aquisição do Fundo com relação ao Imóvel ou que, de qualquer forma, impeçam o Fundo de cumprir com as obrigações previstas nos compromissos de compra e venda e/ou com a Política de Investimentos; (ii) não ocorrência de qualquer inadimplemento, pelos vendedores, de obrigações estipuladas nos respectivos compromissos de compra e venda, bem como que não se provem falsas quaisquer declarações prestadas pelos vendedores que poderiam influenciar na decisão de recomendação do Gestor; e (iii) a disponibilização pelo Gestor, ao Administrador, do Relatório de Aquisição e da matrícula atualizada do Imóvel, emitida há menos de 30 (trinta) dias, conforme o caso ("Critérios de Conformidade").

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Debêntures

5.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de 50.000 (cinquenta milhões de reais) com a integralização de 5.000.000 (cinco bilhões) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo as Debêntures de série única:

5.2. Características das debêntures

a) Remuneração

As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

b) Garantia

Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo.

c) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. **Debêntures**--Continuação

5.3. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2021
1ª Emissão de certificados – série única	1.960
Juros emissão – série única	6
Total	1.966

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital Social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 16 de agosto de 2021 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

6.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

6.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art.
 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2021 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

8. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

8.1. Valorização dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2021 são descritos a seguir:

 Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): o valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras;

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

9. Receitas e despesas financeiras

No período de 09 de agosto de 2021 a 31 de dezembro de 2021 as despesas financeiras estão assim compostas:

10.1. Receitas financeiras

Descrição	De 09/08/2021 a 31/12/2021
Receita de juros s/carteira de crédito	6
Total	6

10.2. Despesas financeira

Descrição	De 09/08/2021 a 31/12/2021
Total	(6)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

De 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Relação com auditores

De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa.

12. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo de 31 de dezembro de 2021.

13. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.